

LARISSA SOUTO BARGMANN NETTO
QUALIFICAÇÃO

**A TENDÊNCIA À HETEROTOPIA NO CENTRO DE SÃO PAULO:
A CONTÍNUA RECONSTRUÇÃO DO PROJETO NOVA LUZ**

ORIENTADOR: PROF. DR. RODRIGO RAMOS HOSPODAR VALVERDE

SÃO PAULO - SP

2014

LARISSA SOUTO BARGMANN NETTO

QUALIFICAÇÃO

**A TENDÊNCIA À HETEROTOPIA NO CENTRO DE SÃO PAULO:
A CONTÍNUA RECONSTRUÇÃO DO PROJETO NOVA LUZ**

TEXTO DE QUALIFICAÇÃO APRESENTADO AO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP COMO
REQUISITO PARA A QUALIFICAÇÃO NA PÓS-
GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NÍVEL MESTRADO.

ORIENTADOR: PROF. DR. RODRIGO RAMOS HOSPODAR VALVERDE

SÃO PAULO - SP

2014

Plano de Redação

Introdução

1) Operacionalização

Quais são as fontes?

Quais são os limites?

Como o trabalho será desenvolvido

Como classificá-los?

2) Geografia pós-moderna: a heterotopia urbana

3) Intervenções no centro de São Paulo: esvaziamento e transformação

A partir de 1970

Saída das camadas de elite

Precarização

Promoção imobiliária do Morumbi, Paulista, Faria Lima

4) O Projeto Nova Luz: passado, presente e futuro

5) As múltiplas apropriações socioterritoriais da Luz

Atores sociais

O capital privado

Movimentos

Usos simbólicos

6) A Luz como heterotopia

A desconstrução da política

As necessidades como força territorial

A instabilidade do território

A competição simbólica

As aberturas e fechamentos do espaço público

7) Considerações Finais

8) Referências Bibliográficas

Introdução / Justificativa

O território, importante categoria de análise frente às mudanças e demandas sociais, econômicas, políticas e culturais, tem suscitado muitos estudos geográficos na busca pelo entendimento do espaço e das inter-relações nele contidas. Não somente o território se reveste de forte referencial analítico como também suas subcategorias auxiliam no entendimento do movimento no e do *território e das territorialidades* por meio da compreensão dos processos de (TDR) *territorialização, desterritorialização e reterritorialização*. Estes são conceitos distintos que não se excluem, mas se complementam no sentido de fornecer subsídios para melhor interpretação do *espaço geográfico* sob o viés do *território*.

Faz-se, então, necessário o amplo entendimento sobre território enquanto categoria de análise, por assim dizer, do imbricado *modo* de percepção e compreensão em diferentes abordagens teóricas. O território, importante conceito da Geografia, já foi entendido como espaço vital e como elemento de fundamentação dos princípios de ampliação e apropriação territorial. Tais conceitos contribuíram com o *sentido político* do termo dando origem a Geografia Política que projetava e ampliava a noção de *território / territorialização* na formação dos Estados.

Sob outro foco de análise, a proposta deste trabalho é compreender tais categorias a partir das relações socioculturais e imateriais sob a vertente culturalista (e idealista) da Geografia e de alguns desdobramentos filosóficos. Nestes termos, território e territorialidade passam a ter, em sentido amplo, a ideia de ‘socialização e culturalização’ territorial, pois tudo que cerca o homem é dotado de significado. Portanto, o principal objetivo desse trabalho é compreender e analisar as construções conceptivas sobre território e territorialidades no contexto dos estudos urbanos e mais especificamente dos projetos de revitalização urbana, considerando a relação Estado *versus* Sociedade e as políticas públicas/sociais voltadas para os grupos atingidos por tais projetos.

A metodologia se dará com base na análise de dados quantitativos e qualitativos desenvolvidos a partir de pesquisa bibliográfica exploratória, descritiva e de campo. Tem-se na técnica de coleta de dados a observação direta intensiva e extensiva

(dados primários) e indireta (dados secundários) para se obter êxito em responder questões, como: É possível identificar representações socioculturais e simbólicas sobre território e territorialidade? Quais seriam as bases imateriais e físicas na construção dessas territorialidades? Em que medidas as Políticas Públicas são influenciadas por essas concepções? E de que maneiras os beneficiados por elas percebem suas territorialidades inseridas em suas formulações?

Neste estudo, as bases epistemológicas, teóricas e metodológicas da Geografia Cultural contribuem para compor o entendimento de território e seus desdobramentos socioculturais. Nessa perspectiva, o subjetivismo, a intuição, os sentimentos, a experiência e o singular tornam-se a base das análises geográficas. Em consequência, a percepção se dá como importante instrumento modelar da Geografia Cultural.

Os horizontes sobre o território ampliaram-se, sobremaneira, nas últimas décadas. A Geografia Cultural possibilitou a transposição da hegemonia da Geografia Política, no tocante às questões sobre a territorialidade. Hoje, a multiplicidade, a sobreposição territorial e a ausência definida de fronteiras, ampliam as questões do controle do poder na realidade geográfica numa forma multiescalar. A preocupação da Geografia com o território é antiga. Em conjunto com as outras categorias geográficas, o território estabelece-se como um de seus pilares numa tendência visualizada desde o final dos anos 1980, quando se iniciou uma reformulação das perspectivas de análise geográficas.

Demonstrada a abordagem teórico-metodológica a ser seguida na pesquisa, faz-se necessário uma breve apresentação do universo da pesquisa, que seja as políticas públicas e sua relação com a categoria território, extensivamente abordada pela Geografia, na busca de uma análise crítica em relação ao projeto de revitalização da Luz (São Paulo/SP) considerando-se o hibridismo cultural urbano em sua multiplicidade. Neste sentido buscar-se-á colher as impressões das diferentes partes que compõem ou são atingidas por este projeto - por meio de suas lideranças - comparando suas percepções, necessidades, demandas, modos de vida e *territorializações*. A partir disso buscar-se-á compreender de que maneiras uma grande metrópole se articula a fim de estabelecer seus projetos de revitalização urbana e de quais formas a sociedade civil, a partir das lideranças locais, são inseridas nessas decisões e nas consequências oriundas

delas. Além disso, essa pesquisa busca visualizar meios de articulação da sociedade civil/poder público no sentido de ampliar a efetividade de colaboração entre estes entes.

Concomitantemente, a proposição desse tema justifica-se a partir do princípio que estudos sobre a temática território/territorialidade e espaços públicos são de inestimável valor para a Geografia atual que busca embasamento teórico-metodológico cada vez mais eficiente para tratar questões sociais do território criando (novas) formas de abordagens que respondam (ou aproximem) às questões preeminentes do território e do espaço geográfico. Então, compreender processos que conduzam a diferentes abordagens e concepções sobre território e territorialidade significa contribuir com os debates e discursos geográficos no entendimento das representações sócio espaciais e as implicações na área Econômica, Política e Cultural oriunda dessas construções e articulações.

Ademais, é imperioso o tratamento teórico-metodológico desse tema com reflexões e análises que concorram para a ampliação e o amadurecimento de propostas sobre estudos territoriais no âmbito da Geografia. Especialmente num momento de forte ressignificação da questão territorial frente às mudanças globais, principalmente diante da globalização e da formação das *redes*, tão importantes para a afirmação da democracia ou, diametralmente oposto, a radicalização das diferenças, sendo que o fator de diferenciação entre estas duas polaridades está exatamente na busca efetiva pelo diálogo entre os diferentes *territórios*. De acordo com Haesbaert (2009),

Como no mundo contemporâneo vive-se concomitantemente uma multiplicidade de escalas, numa simultaneidade atroz de eventos, vivenciam-se também, ao mesmo tempo múltiplos territórios. (...) Isso resulta de uma geografia complexa, uma realidade multiterritorial que se busca traduzir em novas concepções, como os termos hibridismo e 'glocal', este significando que os níveis global e local podem estar quase inteiramente confundidos. Dessa nova interação constante entre múltiplas escalas e territórios, surge e avança cada vez mais o uso do termo rede, que contribui para compreendermos essas articulações entre diferentes territorialidades bem como suas estruturas internas.

PROBLEMÁTICA

O mundo passou por mudanças intensas no último século, mais fortemente ainda nas últimas décadas. O boom das cidades, a revolução informacional, a compressão do tempo e do espaço. A cidade se tornou, por excelência, o lócus da vida humana. Em pouco mais de 50 anos, saímos de um país majoritariamente rural para um país urbano, que apresenta 84% da população, estimada em 190 milhões pelo IBGE (Censo IBGE,

2010), habitando as cidades. Esta, como tal, apresenta um território multifacetado onde a lógica espaço/tempo parece se justapor e se ressignificar constantemente. Segundo Carlos (2007),

O espaço urbano apresenta um sentido profundo, pois se revela condição, meio e produto da ação humana – pelo uso - ao longo do tempo. Esse sentido diz respeito à superação da ideia de cidade reduzida à simples localização dos fenômenos (da indústria, por exemplo), para revelá-la como sentido da vida humana em todas as suas dimensões, – de um lado, enquanto acumulação de tempos, e de outro, possibilidade sempre renovada de realização da vida.

Esse acelerado crescimento das cidades não veio acompanhando, entretanto, por um incremento na infraestrutura disponível. Essa realidade comprometeu as condições de vida oferecidas à população. Termos como favelização, cortiços, problemas urbanos, transporte de massa, planejamento urbano, esvaziamento dos centros, diagnóstico dos problemas das cidades, dentre outros, passam a estar no foco das atenções dos que governam e estudam as cidades. Dentro desse espectro deflagrou-se a necessidade cada vez mais crescente de se buscar formas viáveis de organização dos espaços urbanos.

De acordo com Villaça (1999) o histórico do planejamento urbano no Brasil se divide em três períodos: o primeiro inicia-se no final no século XIX, por volta de 1875 e vai até o ano de 1930; o segundo vai de 1930 até por volta de 1992, ano em que se inicia o terceiro período que vai até o fim do século XX. Nessa linha de raciocínio, pode-se afirmar que se inicia em 2001 o quarto, e atual período, com a aprovação do Estatuto da Cidade - legislação que regulamenta e ratifica a aplicabilidade das diretrizes da nova ordem jurídico-urbanística no país, introduzida pela Constituição de 1988 - uma política voltada para as cidades pautadas nos planos diretores e fundamentadas nos ideias do Planejamento Estratégico.

Paralelamente a isso, viu-se surgir também um novo tipo de empreendedorismo urbano. A cidade passa a ser vista como um grande campo de investimento e especulação, o que é coadunado pela crescente financeirização do capital mundial. Nessa perspectiva começam a atuar também os governos nacionais que, a partir da década de 80, começam a entender a governança pública como uma chave de desenvolvimento econômico. Da abordagem administrativa para a abordagem

empreendedora a cidade passa a ser o lócus ideal para o estreitamento dos vínculos entre os setores público e privado – criando o ambiente favorável para um novo tipo de associações, as Parcerias Público-Privadas ou PPPs. De acordo com Harvey (2006),

O novo empreendedorismo tem, como elemento principal, a noção de “parceria público-privada”, em que a iniciativa tradicional local se integra com o uso dos poderes governamentais locais, buscando formas e atraindo fontes externas de financiamento, e novos investimentos diretos ou novas fontes de emprego. A atividade desta parceria é empreendedora e especulativa, estando sujeita a todos os obstáculos e riscos associados ao desenvolvimento especulativo.

Esta nova lógica advém, dentre outros, de uma reformulação da relação entre Estado e Mercado - após a falência do Estado de Bem Estar Social, a intensificação da Globalização, a crise de estagflação que assolou o mundo no fim década de 70 e início de 80 e a revolução digital – o modelo vigente de organização entre estado e sociedade mostrou-se inapto a lidar com diversas demandas que vieram se acumulando ao longo do tempo. O fenômeno da Globalização, para Gordz (1999), teria sido motivado pelo divórcio entre os interesses do Estado e os interesses do Capital. A crise do crescimento revelou que o Estado não era mais capaz de contribuir para a expansão do Capital, conforme ocorreu no pós-guerra, através das políticas keynesianas.

Neste sentido exerceram um forte papel também o surgimento das instituições supranacionais (transnacionais), as inovações tecnológicas e o desenvolvimento das tecnologias da informação, que ocasionaram a desterritorialização do capital financeiro e sua predominância sobre o capital produtivo. Dessa forma uma onda Neoliberal varreu o mundo a partir das últimas décadas do século XX e essa nova ordem mundial, pautada pelo capital fictício, se propagou sem fronteiras. De acordo com Guttman (2008),

O capitalismo dirigido pelas finanças disseminou a sua lógica inexorável do mercado caracterizado pela ausência de regulamentação e voltado para a maximização do valor aos acionistas por todos os cantos do planeta. No último quarto do século a sua propagação ajudou a integração de metade da raça humana a uma economia de mercado privada, financiou uma nova revolução tecnológica e empurrou o processo de globalização com um breve peteleco.

Todos esses fenômenos foram muito significativos em termos de configuração das cidades - a nova lógica produtiva, em massa; o estímulo ao consumo, assentado sobre a obsolescência programada; o descolamento entre o valor e o produto, *a inversão da própria realidade* (Marx, 1980). Tudo isso financiado por linhas de crédito que possibilitaram *amenizar os ciclos de negócios e acomodar desequilíbrios externos muito maiores entre países* (Guttman, 2008).

As linhas de crédito, o poder das indústrias - bélicas, têxteis, de descartáveis, de construção civil, de automóveis, de utensílios – altos investimentos em níveis especulativos máximos. O dinheiro, descolado de sua versão material, passa a se configurar como uma nuvem de números e cifras pairando sobre as cabeças, julgando os rumos porque se recriam as cidades. Criam-se as bolhas, instaura-se em nível máximo a *reificação* da vida e das relações sociais. Transversal a isso está a chamada Revolução Cultural, que é ao mesmo tempo produto e ativo dessa construção. Segundo Hall (1997),

A cultura tem assumido uma função de importância sem igual no que diz respeito à estrutura e à organização da sociedade moderna tardia, aos processos de desenvolvimento do meio ambiente global e à disposição de seus recursos econômicos e materiais.

Neste ponto a assunção da imagem, a regulação midiática e a virtualização do mundo contemporâneo coadunam o processo de tornar esta revolução cultural global. É consequência disso que, de acordo com Hall (1997), *as revoluções da cultura a nível global causam impacto sobre os modos de viver, sobre o sentido que as pessoas dão à vida, sobre suas aspirações sobre o futuro – sobre a “cultura” num sentido mais local*. A revolução cultural de que se fala aqui é ampla e atinge todos os aspectos da vida cotidiana das pessoas comuns.

Não se trata de uma homogeneização do globo, nem tampouco do fim da diversidade cultural. Passa antes por uma forma de apreender o mundo, é antes forma do que conteúdo. Isso pode ser observado, principalmente, quando nos deparamos com os novos e antigos fundamentalismos existentes e com questões ligadas ao ressurgimento

de nacionalismos , a xenofobia e a todos os tipos de fobias que invadem as cidades e o cotidiano. Trata-se mais de uma mundialização da economia do que propriamente da homogeneização das diferentes culturas que coexistem sobre o globo e, menos ainda, sobre a divisão da renda ao redor do mundo.

O conceito de cultura passou por diversas transformações ao longo do tempo. De forma bastante reduzida e linear poderíamos elencar a cultura do cultivo, a cultura da civilização, a separação do homem e da natureza, a invenção de uma ordem simbólica, o espírito do tempo e do progresso contínuo. A padronização da percepção através das aparelhagens midiáticas, políticas e informacionais. Pra além da cultura de massa, a cultura como *uma condição constitutiva da vida social*, a chamada *Virada Cultural*.

Nesta Babel de sentidos e significados a cultura tem um papel predominante na constituição das cidades, tanto a macro quanto as microterritorialidades, o cotidiano e a subjetividade. Y Fu Tuan inaugura as concepções de *Topofilia* e *Topofobia*, ambos fortemente presentes na cidade, sincronicamente. Aquela que fala da afetividade pelo lugar e esta que traz a preconização do medo, a fobia. Entre estes os *não-lugares* (Augé, 1994), os espaços pelos quais as pessoas não tem qualquer identificação, apenas transitam, lugares transitórios - identificações fragmentadas que se figuram nas mentes e nos corpos destes seres urbanos. Integrar a cidade se tornou um desafio contemporâneo – bem como a busca pela sua democratização e o direito ao seu uso e acesso.

As cidades se criam e se recriam diante de modelos de desenvolvimento pautados em processos contraditórios e coexistentes. Compreender essas diferentes facetas só é possível através de um exercício complexo de cooperação e colaboração. A noção de desenvolvimento que se busca adotar aqui é a Sen (1998) que o vê como o aumento da liberdade - o desenvolvimento é essencialmente um processo de expansão das liberdades reais de que as pessoas desfrutam. Contrariamente a isso existem os processos de gentrificação, o termo “gentrification” ou enobrecimento (como é traduzido do inglês) significa a expulsão de antigos moradores - geralmente grupos sociais de baixa renda - das áreas que passaram pelo processo de revitalização e uma substituição dessa classe por uma com maior poder aquisitivo.

Outro ponto que merece grande consideração em relação aos estudos urbanos diz respeito a uma crise epistemológica relativa às abordagens dos espaços públicos. De

acordo com Valverde (2007), existem duas formas tradicionais dentro da Geografia de se tratar o tema:

A primeira delas é marcada pelo pensamento republicano, que se caracteriza pela defesa da lei, da ordem e do valor da democracia representativa. A segunda forma de se abordar a crise dos espaços públicos está ligada ao pensamento marxista e à procura da revolução. Esse olhar do problema não poupa críticas à maneira pela qual a sociedade moderna e seu sistema capitalista excluíram parte da população dos seus benefícios através do ordenamento espacial.

Entretanto, ainda de acordo com o autor, essas abordagens se mostram ineficientes em relação a espaços que não se encaixam numa lógica muito clara de funcionamento. Segundo ele,

... essa leitura geral da publicidade parece ser especialmente problemática no que se refere à análise de parte das grandes aglomerações urbanas, sobretudo àquelas que se encontram nos países periféricos. Nessas grandes cidades, as representações sociais e identitárias possuem um grande peso na configuração do espaço público e em sua percepção, relativizando o peso da política. Paralelamente, o Estado encontra dificuldades em exercer as suas responsabilidades devido às limitações orçamentárias e à gravidade dos problemas sociais.

Dada a existência desses espaços que se mostram de forma bastante diferenciada em seu empirismo cotidiano - espaços onde as margens entre o legal e o ilegal são sobremaneira tênues e perpassantes, a dissonância e a multiplicidade se reafirmam constantemente e a lógica do discurso hegemônico encontra forte resistência - outras formas de abordagem devem ser consideradas. Nesse sentido traz-se à tona a ideia de *heterotopia*, apontada primeiramente por Foucault e trazida para o contexto geográfico por Edward Soja.

Foucault (1967) afirma, *“Acredito que a ansiedade da nossa época tem a ver fundamentalmente com o espaço, muito mais do que com o tempo. O tempo aparece-nos como apenas uma das várias operações distributivas que são possíveis entre os elementos que estão espalhados pelo espaço.”* Nesse sentido, de acordo com Valverde (2006) *“Foucault apresenta o seu interesse pela ideia de heterotopia ao procurar uma forma de classificação espacial que valoriza a presença de múltiplas representações*

conflitantes em uma mesma área”. Situação esta que se mostra amplamente representada em vários espaços das cidades contemporâneas.

No âmbito da Geografia é importante ressaltar ainda a ênfase dada por Foucault a uma dimensão espacial do poder. Em especial ao questionamento da abordagem estadocêntrica do poder. De acordo com Alves (2013),

A questão é que os poderes se exercem em diversos níveis e escalas, e em diferentes localidades da sociedade, sendo que o chamado micropoder se articula ou não com o Estado (o macropoder). Foucault desvincula o poder do Estado para analisar suas práticas e efeitos além o aparato jurídico, do poder estatal, acreditando que o poder é exercido em toda a vida social. Ele tem como objetivo analisar como esses micropoderes se relacionam com o nível mais geral do poder constituído pelo aparelho do Estado... a inserção do micropoder suscitou um importante debate sobre as escalas do poder na Geografia.

Nessa abordagem a perspectiva privilegiada por Foucault é a dos *microespaços* de poder. O lugar, importante categoria geográfica, é tido como a *forma de distribuição e mecanismo destas relações* – a *microfísica do poder*. Machado (1979) explica que,

O que Foucault chamou de microfísica do poder significa tanto um deslocamento do espaço da análise quanto do nível em que esta se efetua. Dois aspectos intimamente ligados, na medida em que a consideração do poder em suas extremidades, a atenção a suas formas locais, a seus últimos lineamentos tem como correlato a investigação dos procedimentos técnicos de poder que realizam um controle detalhado, minucioso do corpo – gestos, atitudes, comportamentos, hábitos, discursos.

*(O conceito de *heterotopia* e seus desdobramentos na Geografia serão tratados com especial enfoque nos capítulos da dissertação.)

É nesse contexto que as atuais intervenções urbanas se inserem e é a partir destas vias que se buscará analisá-las na cidade de São Paulo. Com especial enfoque sobre o Projeto Nova Luz, que visa à revitalização de uma área central na cidade. Essa região, desde a década de 70, tem representado mais um dos grandes gargalos à gestão da cidade. Gestão que deveria ser escrita com letra maiúscula por representar os diversos campos que compõe a organização desse espaço: recursos, demandas, contradições, grupos, interesses, limitações, contingências e tantos outros.

A metodologia aplicada para o desenvolvimento do trabalho contará com análise primária e secundária de dados. Buscar-se-á realizar entrevistas com representantes dos

diferentes grupos que compõem o cenário em questão – tanto da sociedade civil, quanto do poder público - a fim de se compreender as diversas forças que atuam na área. O trabalho visará identificar esses atores sociais, os movimentos inerentes ao espaço e seus usos simbólicos da área.

Algumas perguntas que surgem a partir dessa aproximação são: que tipo de sentimentos e representações podem ser observados nessa população que se encontra imersa nesse processo? Como essa dicotomia novo/velho se manifesta no espaço habitado por esses indivíduos que se encontram nessas linhas de transição? Como o município se articula a fim de ampliar o desenvolvimento local através da canalização de Políticas Públicas orientadas aos grupos que se encontram inseridos processo? Quais formas que são utilizadas pelo Poder Público para aumentar seu diálogo com esses grupos e fazer uso efetivo dos instrumentos democráticos? Por fim, que tipo de abordagem teórico - metodológica conduziria para uma melhor compreensão e análise dos processos de territorialização, no universo de pesquisa mencionado, considerando as articulações existentes entre as dimensões sociais do território?

Será utilizada, com bases científicas, na elaboração, aplicação e análise de resultados da pesquisa com abordagem cultural uma discussão e argumentação que busque dialogar com os teóricos que tratam do assunto - com certa ênfase no pós-estruturalismo - paralelo à análise e interpretação dos resultados obtidos em campo.

Far-se-á revisão, leitura e exploração bibliográfica com o propósito de mapear estudos já realizados sobre o tema e compor o referencial teórico e bibliográfico. Será realizada análise de documentação indireta por meio de revistas, jornais, mapas, quadros, tabelas, gráficos e outros tipos de informações de instituições especializadas no assunto (IBGE, Secretaria de Planejamento Urbano, ONGs, Programas de Pesquisa - Instituição de Estudo Superior / Outras Instituições de Pesquisa). A partir de fontes secundárias e primárias, serão catalogadas informações e material sobre as políticas de revitalização urbana, para compor um mapeamento deste processo e as possíveis territorialidades construídas a partir dele, levando em conta as formas estabelecidas de Desenvolvimento Local.

Na fase de coleta de dados e análise da documentação direta realizada de forma intensiva e extensiva – nosso objetivo será identificar os principais grupos atingidos pelo processo de revitalização da Luz, com foco nas suas formas de expressão, hábitos de vida, símbolos e manifestações, observando a sobreposição de

tempos/espacos que se amplia sobremaneira nas cidades. Criado assim o universo da pesquisa buscar-se-á identificar, catalogar, mapear e traçar perfil desses atores sociais. Isto feito, as observações diretas (intensiva e extensiva) fornecerão dados das fontes primárias, as quais possibilitarão uma análise interpretativa das possíveis construções de ‘território e territorialidade’ através da representação e do valor simbólico apresentado por meio de depoimentos e entrevistas.

Tais análises far-se-ão, referendadas na leitura geográfica de como observar a expressão cultural. Por assim dizer (SAUER, 1983 *apud* CORREIA, 1992), *existe um meio estritamente geográfico de se pensar a cultura como marca dos trabalhos do homem sobre a área e pensar as pessoas associadas a uma área ou sobre uma área (...)* assim pensamos a cultura como uma expressão geográfica composta por formas que são parte da fenomenologia geográfica.

Dar-se-á especial enfoque também aos equipamentos culturais que se encontram na região a fim de identificar se existem e quais são as ações dessas instituições voltadas para o público do entorno. Também serão realizadas pesquisas em órgãos públicos que visem compreender o processo histórico das intervenções realizadas na região nos últimos anos (década de 70 até os dias atuais) e em reportagens veiculadas na mídia nacional sobre o tema.

Referencial Teórico – Conceitual Básico

O *status* do território enquanto importante conceito da Geografia remete aos estudos de Friedrich Ratzel (final do século XIX na Alemanha), o qual entendia o território enquanto espaço vital e nele se apoiando para fundamentar os princípios de ampliação e apropriação territorial alemã. No contexto de suas análises territoriais, tem-se a vertente naturalista permeando sua concepção territorial quando diz:

O território seria, em sua definição, uma determinada porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano. Observa-se que a propriedade qualifica o território, numa concepção que remonta as origens do termo na Zoologia e na Botânica (onde ele é concebido como área de dominância de uma espécie animal ou vegetal). “Dessa forma, o território é posto como um espaço que alguém possui, é a posse que lhe dá identidade” (MORAES, 1992 p. 25).

O posicionamento de Ratzel sobre o espaço (e por desdobramento o território) implica em uma clara aproximação das tendências positivistas, preponderantes no cenário das Ciências Sociais no último quartel do século XIX, de herança newtoniana e kantiana do século anterior. O espaço absoluto, receptáculo, suporte de todo o desenvolvimento da natureza e da sociedade, constituía-se em seu alicerce teórico básico. Paralelamente, o território era visualizado com uma conotação de domínio, de controle de uma determinada área. Seus pressupostos vinculavam-se ao Positivismo quando enxergava nas Ciências Naturais, o modelo a ser adotado, como método científico que abordaria questões sociais.

Quando Ratzel define sua concepção de território, concomitantemente especifica o surgimento da Geografia política. A questão do surgimento do Estado é observada como consequência da preocupação do homem com a proteção de seu espaço de poder. Em sua obra “Antropogeografia” este panorama é visto desta maneira:

Que o território seja necessário à existência do Estado é coisa óbvia. Exatamente porque não é possível conceber um Estado sem território e sem fronteiras é que vem se desenvolvendo rapidamente a Geografia política; e embora mesmo a ciência política tenha freqüentemente ignorado as relações de espaço e a posição geográfica, uma teoria de Estado que fizesse abstração do território não poderia jamais, contudo, ter qualquer fundamento seguro. Tivemos ao contrário algumas teorias sociais em que não foi absolutamente considerado o ambiente físico; e em toda a sociologia moderna o território merece tão pouca consideração que as obras que tratam dele a fundo nos aparecem com as exceções. A maior parte dos sistemas e das teorias sociológicas considera o homem como separado da Terra (MORAES, 1992 p. 73).

Ratzel evidencia o “desprezo” das Ciências Sociais pelo estudo sobre território e territorialidade no final do século XIX. Entretanto, não se pode conceber a análise política e social de qualquer comunidade, sem levar em conta o território. Seu nascimento é relacionado com a própria evolução da civilização.

Neste contexto de dominação e apropriação do espaço para se fixar “territórios” a Geografia política se assenta como ‘Incubadora’ desse espaço – território que, há muito, se configura como um *espaço* definido por um conjunto de relações de poder. Consequentemente, o território passa a ser considerado um espaço controlado por

grupos humanos, produzindo *territorialidades* específicas, das quais o “poder” se origina. Processo este intermediado por múltiplas escalas: mundiais, regionais e locais, cuja espacialidade e temporalidade se expressam de maneira contínua e/ou descontínua.

Por seu turno, Raffestin (1993) produz uma crítica a esse modelo traçado pela Geografia Política, definindo-a como uma Geografia estatal, desenvolvida por Ratzel, que considerava o Estado como única organização dotada de poder político, capaz de se estabelecer no espaço, construindo uma determinada territorialidade. A Geografia Política idealizada por Raffestin evidenciada em seu trabalho “Por uma Geografia do poder” indica a existência de várias dimensões de poder, produto das mais diferentes ações humanas.

O território como expressão da ocupação espacial pelo homem deveria ter sido considerado por todas as Ciências Sociais. Entretanto, segundo Haesbaert (2004) somente a partir dos anos 1960, a dimensão espacial/territorial passou a ser considerada. A Geografia que deveria ter sido a pioneira, esteve ausente nas primeiras horas do debate epistemológico. A partir do final dos anos 1980, a Geografia passou a considerar o território no interior de suas múltiplas facetas e interpretações. Os geógrafos observam-no através da ênfase à sua materialidade, e o relacionamento homem e natureza, nele embutido. Por sua vez, a Ciência Política problematiza suas concepções de poder, a Antropologia sua dimensão simbólica e assim por diante, cada ciência vislumbrando uma variável que lhe é peculiar e próxima para a compreensão do território (HAESBAERT, *op.cit.*).

A construção positivista na sistematização das ciências produziu compartimentos estanques, individualizando o processo de captação da realidade. A tendência atual é superar este espírito, construído pelo Positivismo. A subjetividade, segundo o autor, passou a ser desconsiderada pela Geografia, resultante de um amplo processo de condicionamento ideológico de alguns geógrafos marxistas, de início.

Para uma compreensão mais didática do assunto, Haesbaert e Limonad (1999) agruparam as concepções de território em três vertentes¹: *a política* - relações de poder de forma geral, *a econômica*, enfatizando a relação capital – trabalho, *a interpretação naturalista*, que compreende o território como resultante da transposição

¹ Haesbaert retoma esta discussão sobre noções de território em quatro vertentes específicas em seu livro: O mito da Desterritorialização de 2004;

da ordem animal para a organização espacial humana e, finalmente, *a cultural* – priorizando a dimensão simbólica e subjetiva do fenômeno. É nessa perspectiva que se balizará este estudo, tendo como base os pressupostos teórico-metodológicos da Geografia Cultural, a qual pauta sua lógica culturalista ou pós-moderna em que nesta

perspectiva o pertencimento ao território implica a representação da identidade cultural e não mais a posição num polígono. (...) O território reforça sua dimensão enquanto representação, valor simbólico. (...) Por isso, “o território é primeiro um valor”, pois a existência, e mesmo a imperiosa necessidade para toda a sociedade humana de estabelecer uma relação forte, ou mesmo uma relação espiritual com seu espaço de vida, parece claramente estabelecida². O poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. É assim que o território cultural precede o território político e com ainda mais razão precede o espaço econômico (HAESBAERT, 2004 p. 71 - 72).

Para o entendimento do território na vertente cultural, o mesmo autor corrobora para a compreensão dessa concepção, esclarecendo que a vertente “cultural (muitas vezes culturalistas) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação / valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido” (*op. Cit.*, 2004, p. 40).

Esse ‘diálogo’ facilitado pela pós-modernidade entre a(s) Ciência(s) Geográfica e a Filosofia, abriu novas formas e posturas teórico-metodológicas podendo, sistematicamente, contribuir com a análise territorial entre outros conceitos geográficos (SPOSITO, 2004, p.02). A partir desse pressuposto, Haesbaert apresenta dois módulos interpretativos: o binômio realismo-idealismo e o espaço-tempo, valendo nas ‘novas’ possibilidades de conjunção teórica. Não obstante esta *aparente dicotomia* de base epistemológica da ciência tem-se, sobretudo, a posição filosófica do pesquisador e a intencionalidade da pesquisa apoiada no método. Este, entendido como a

² Essa discussão sobre a perspectiva ideal-simbólica no contexto da Geografia Cultural também é feita por Bonnemaïson e Cambrézy (1996, *apud* HAESBAERT, 2004);

construção de um sistema intelectual que permita, analiticamente, abordar uma realidade, a partir de um ponto de vista, não sendo isto um dado *a priori*, mas uma “construção” no sentido de que a realidade social é intelectualmente construída (SANTOS, 1996, p. 52 – 3).

Vivencia-se, atualmente, ‘possibilidades’ teórico – metodológicas em que proposições teóricas diferentes não devem limitar a atuação do pesquisador e nem cercear os desdobramentos da pesquisa. Alinhado a este posicionamento, Haesbaert (2004, p. 42) explica:

somos levados, mais uma vez, a buscar superar a dicotomia material / ideal, o território envolvendo, ao mesmo tempo, a dimensão espacial material das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço ou o “imaginário geográfico” que não apenas move como integra ou é parte indissociável destas relações.

Partindo dessa premissa tem-se como propósito da pesquisa a utilização não somente da dimensão espacial e social, mas também da representação e do imaginário, relacionando-os com o objetivo da superação da divisão do trabalho científico. E, para tanto, acredita-se que o(s) método(s) científico a ser adotado deva conduzir o processo de pesquisa e não ser seu objetivo final. Para Milton Santos (2000), o mundo é um conjunto expressivo de inúmeras possibilidades, que podem ou não ser concretizadas. A atuação do homem pode ou não materializá-las dentro de um espaço material específico. O lugar é o depositário final dos eventos. Estes também podem ser identificados como trajetos (caminhos metodológicos) que as possibilidades produzem até se instalarem em uma determinada organização espacial (substrato físico da pesquisa). Consequentemente, o evento (que pode ser ideias e não apenas fatos, também entendidos aqui como objeto a ser pesquisado em sua dimensão global) trabalha com o tempo e com o espaço, em escalas geográficas diferentes, redefinindo parâmetros de formação territorial do espaço.

Como categoria primeira dessa análise, o território é (HAESBAERT, 2005), por extensão, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, a identificação (positiva) e a efetiva *apropriação*. Apropriar-se de um determinado espaço seria vivê-lo, construí-lo, relacionando-o com a questão do sentir. Surge, então, a questão da multiplicidade do

território, em um determinado espaço geográfico, coexistindo também *territorialidades* diferentes, sobrepostas ou paralelas.

Para Sack (1986, *Apud* HAESBAERT, 2007 p.6775) é possível efetuar uma leitura integradora de todas as vertentes possíveis em relação ao significado das diversas territorialidades existente no espaço, para ele “a territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado”. O território seria um híbrido entre o mundo material e o ideal. Retornando a Sack, observa-se que sua territorialidade não possui nenhuma escala definida, podendo-se considerá-la a partir de áreas bastante exíguas ou simplesmente um relacionar constante entre pontos fluídos, definidos em pontos materialmente distantes, determinando a formação de redes geográficas.

Esta visão integradora traduz uma oportunidade única: o inter-relacionamento das relações de poder político e econômico com a simbologia culturalista. O reflexo característico produziria uma conexão do global com o local, da exterioridade com a interioridade. Como Raffestin, Sack considera territorialidade como basicamente humana. O ponto de convergência entre eles configura-se nesta circunstância. O aspecto integrador apresenta o território por intermédio das dimensões política, econômica e cultural-simbólica.

A região da Luz

Historicamente reconhecida como uma região politicamente relegada por uma forma de expansão da cidade que privilegiou determinados segmentos em detrimento de outros e territorialmente ocupada por modos de ocupação extremos, o centro da cidade se tornou alvo das políticas de revitalização urbana com base nas ideias das intervenções urbano-culturais.

Desde a década de 1960, a Área Central de São Paulo vem perdendo população e atividades econômicas. A questão do esvaziamento da área central tem sido alvo de vários projetos há algum tempo. De forma geral, a área da Luz foi objeto específico de intervenção ou foi incluída na área dos seguintes projetos: Criação de uma Zona de Preservação e Recuperação na área da Luz através de trabalho desenvolvido pelo

escritório Rino Levi Arquitetos Associados, em 1974; Projeto Luz Cultural sob a coordenação da Secretaria de Estado da Cultura, em 1984; no programa “Centro Segura” e “Ação Local” criados pela associação Viva o Centro em 1991; Programa de Requalificação Urbana e Funcional do Centro (Procentro) em 1993; Concurso Nacional de ideias para um Novo Centro de São Paulo, realizado pela prefeitura e pela SEHAB, em 1996; Operação Urbana Centro, em 1997; Projeto Pólo Luz pelo governo estadual e federal, do qual resultaram as reabilitações da Pinacoteca do Estado, da Estação Júlio Prestes e da Estação da Luz, em 1998. Também em 1998 iniciou-se Projeto Monumenta/BID, que foi implementado a partir de 2000, na gestão Marta Suplicy, juntamente com o programa de reabilitação do Centro de São Paulo.

Mesmo diante de tantas investidas os resultados despertaram pouco interesse dos empreendedores. As Operações Urbanas realizadas na Faria Lima, por exemplo, tiveram receptividade bem maior por parte destes empreendedores. Em 2001 o PROCENTRO junto com a AR Sé elaborou o Plano Reconstruir o Centro, com o intuito de revitalizar os distritos que compreendem o centro histórico de São Paulo (Bela Vista, Bom Retiro, Brás, Cambuci, Consolação, Liberdade, Pari, República, Santa Cecília e Sé). Considerando a acessibilidade da área central da cidade, o seu abandono e subutilização, esse plano baseou-se na diversidade funcional e social, procurando enfatizar as atividades de moradia, emprego, cultura, lazer, educação e representação nessa região.

Em 2003 a EMURB – Empresa Municipal de Urbanização, baseada no Plano Reconstruir o Centro, lançou o Programa de Reabilitação da Área Central – Ação Centro. A Prefeitura assinou empréstimo de US\$ 150 milhões junto ao BID para desenvolver o Programa, constando de cinco linhas de ação:

- Reversão da desvalorização imobiliária e recuperação da função residencial;
- Transformação do perfil econômico e social;
- Recuperação do ambiente urbano;
- Transporte e circulação;
- Fortalecimento institucional do Município;

A gestão seguinte atual Serra-Kassab (2005 - 2008) redirecionou o Programa Ação Centro, modificando por completo o seu perfil. O Programa deixou de ser

abrangente e diverso, focalizando apenas a Região do entorno da Estação da Luz. O motivo dado pela nova gestão foi que era necessário concentrar os esforços para reverter a “decadência” do centro

De acordo com a autora Cibeles Rizek (2011),

O projeto Nova Luz é uma proposta de intervenção no centro histórico da cidade de São Paulo, com custos bastantes elevados, que completaria um ciclo iniciado por uma série de pesados investimentos culturais públicos e privados. Mas é, sobretudo, a prova de que, ao contrário do que aponta parte da literatura sobre cidades e intervenções urbanas, os investimentos culturais do centro de São Paulo não foram suficientes para enobrecê-lo. Com ou sem esses investimentos, o bairro continuou a abrigar os usos e as práticas de traficantes e viciados, se transformando em índice de inequívoca degradação urbana.

O que se apreende a partir dessa colocação é que os investimentos realizados pelo Estado a fim de transformar essa área num pólo cultural não bastaram por si só para angariar os resultados esperados. Nesses últimos anos o que se pôde observar fortemente na área foram ações policiais, sob a justificativa da ordem, da segurança e da valorização econômica, contrapondo-se às instituições de direitos humanos e de defesa das moradias populares, que acusam a ação de higienização. Isso significa que a ação nessa área central da cidade parece interessar a um público mais amplo dentro da cidade de São Paulo, o que significa que o território passa a ser debatido como um campo de forças de territorialidades. De acordo com o Grupo Política do Impossível (2008),

Nesse microcosmo da ‘velha nova luz’ encontram-se tensões da cidade esticadas ao máximo: um estado que de um dia pra outro se propõe como ‘o grande reparador’, o ‘salvador’ de uma situação de violência que ele mesmo provocou. Mas que, ao contrário do esperado de uma reabilitação do centro, inventa uma nova ‘Disneylândia’ no lugar da velha ‘Cracolândia’.

É interessante observar que esse debate coaduna a análise da nova lógica urbana apontada por Harvey, ao afirmar a passagem do gerenciamento ao empreendedorismo urbano que ganha grande relevância dentro da lógica do capitalismo financeiro. De acordo com este autor, as intervenções urbanas prescindem cada vez mais das

discussões da regulação e/ou controle social, passando por cima e ao largo dos processos pelos quais o Estado, seus planos e leis regulavam ao menos algumas das grandes linhas que definiam o rumo das alterações do tecido urbano. Nesse sentido as concessões urbanísticas, entram no cerne da discussão sobre a privatização do espaço público e a delegação de questões sociais à iniciativa privada.

No caso ‘Nova Luz’ um fator de grande relevância diz respeito aos diferentes grupos que tem disputam a área, causando uma polifonia de vozes e demandas que dificultam a homogeneização dos interesses sobre a região. Como exemplo desses movimentos pode-se citar: Associação dos Comerciantes do Santa Efigênia, Associação de Amigos do Santa Efigênia e Luz, Associação dos Sem Teto da Cidade de São Paulo, União dos Movimentos de Moradia, Associação Viva o Centro, dentre outros.

As ocupações em prédios abandonados e em processo de degradação no centro da cidade, por exemplo, ao ganharem visibilidade na mídia acabaram se constituindo como eixos de discussão pública. Tais ocupações possuem características muito peculiares, como modelos de organização e regimentos internos. Esses grupos que juntamente a outros, com propostas e objetivos diferentes, foram a grande força de resistência em relação ao projeto “Nova Luz” tal como se apresentava, visavam chamar o poder público para um debate mais profundo em relação a essa intervenção urbana, que ao dissociar-se de um projeto social acabava por se configurar num produto urbano artificial, distante da realidade que o circunda.

O Projeto Nova Luz

A cidade de São Paulo no contexto das grandes metrópoles mundiais (Souza, 1999) compartilha de um momento em que a globalização e o liberalismo econômico norteiam as políticas intervencionistas de requalificação de centros históricos. O centro de São Paulo já foi alvo de várias tentativas de intervenção, no entanto a elite paulistana foi determinante na escolha e definição das áreas da cidade que seriam valorizadas. De acordo com alguns teóricos do urbanismo dentre eles Flávio Villaça (1998), a região que mais se valorizou com os investimentos públicos foi a região oeste. Esse controle se deu através da localização de aparelhos públicos, localização da infraestrutura urbana e definições na Legislação Urbanística.

A região do bairro Santa Ifigênia, entretanto, onde se insere o projeto de Requalificação Urbana Nova Luz é uma das áreas com maior oferta de equipamentos culturais da região central, tais como: Pinacoteca do Estado de São Paulo, Parque da Luz, Sala São Paulo, Museu de Arte Sacra e Memorial da Resistência (antigo Dops). É contemplada também por uma estrutura de transportes coletivos com o entroncamento da Estação da Luz e Linha Azul do metrô, Linha Amarela, Estação Júlio Prestes e Terminal de ônibus Princesa Isabel, além de possuir um forte comércio voltado para a área de eletroeletrônicos.

O projeto de Requalificação Urbana Nova Luz foi lançado em 2005, pelo então prefeito José Serra (2004/2006). Alguns órgãos tiveram grande importância na consolidação e implementação dessas propostas, como a organização não governamental Associação Viva o Centro (AVC), criada em 1991 por alguns segmentos da sociedade civil, a qual tinha como sócios fundadores diretores de importantes bancos e empresários da região. Neste cenário, emerge o projeto em análise, justificado a partir do fenômeno de esvaziamento populacional e desvalorização imobiliária, juntamente com as ilegalidades (como consumo e tráfico de drogas) nessa região que acabou por receber pejorativamente o apelido de “Cracolândia”.

A área compreendida no perímetro tem aproximadamente 362 mil m² e delimita-se pelas Av. Ipiranga, São João, Duque de Caxias, Cásper Líbero e Rua Mauá, como é demonstrado no mapa do projeto presente no site da prefeitura:



Figura 1 - Delimitação do Projeto Nova Luz

Segundo o site da prefeitura, o projeto pretendia resultar em uma região “exemplar, nova e arrojada, que, enquanto cria novas opções de moradia e novos equipamentos públicos, preserva o patrimônio arquitetônico existente, respeita e estimula a vocação econômica da região, a exemplo da Rua Santa Efigênia, e abre horizontes para novos segmentos.”

Para tal previa o projeto previa a desapropriação de pelo menos 89 imóveis degradados e a construção de edifícios comerciais para empresas interessadas em se instalar na área.

A área em questão ganhou grande repercussão midiática a partir da década de 1990, quando apelidada de “Cracolândia”. O *crack* – um subproduto da cocaína – se tornou uma droga altamente consumida pelas classes mais pobres na cidade de São Paulo. A droga, trazida por traficantes peruanos e bolivianos, extremamente barata e de fácil transporte, se disseminou rapidamente entre os menores de rua. Sendo que o consumo na região se dava a céu aberto. A partir de 2001, muitas notícias começaram a ser publicadas sobre a Cracolândia – crimes, ligação da polícia com o narcotráfico, consumo e compra de drogas e prostituição eram o principal mote dessas notícias. Isso acabou gerando mobilização do poder público e novas tentativas de se reestruturar a dinâmica do local.

De acordo com Moreira (2008),

Nascida nas imediações de onde, no passado, morava a aristocracia, instalada nos bairros da Luz e dos Campos Elíseos, a chamada ‘Cracolândia’ parece ter ganhado, no imaginário da cidade, através da mídia, o *status* de ‘nação independente’: segundo consta, desde a década de 1990, pessoas consumiam *crack* pelas calçadas e ao mesmo tempo em que hotéis se prestavam a ‘escritórios clandestinos’ para os mais diversos tipos de ‘delinquência’ – do tráfico de drogas e da exploração da prostituição até o contrabando destinado aos camelôs.

Diante desse quadro, em 2005, começaram a ser realizados mapeamentos da área conhecida como Cracolândia pelo poder público. As principais ações nesse momento tinham como foco a coibição dos crimes e a reintegração da área central – os bairros do Bom Retiro e Santa Ifigênia estavam, de certa forma, separados pela Cracolândia. Neste sentido, a ideia da revitalização da área estava imbuída da diversificação dos usos. De acordo com o subprefeito da Sé à época, Andrea Matarazzo, “é antes de tudo é preciso atrair atividade econômica, pessoas que consomem mais ou menos, mas que precisam trabalhar nas empresas que vem pra cá. Assim como em toda a cidade, é preciso ter essa diversidade – a região central não é para se só para ricos ou só para pobres, a diversidade é o que caracteriza o lugar...” (Moreira, 2008).

Em setembro de 2005 foi instituído o Decreto de Utilidade Pública nº 46.291 do perímetro original da área em 269,3 mil m² e em dezembro do mesmo ano foi lançada a Lei de Incentivos Seletivos nº 14.096/2005, que previa incentivos fiscais para empresas

que quisessem se instalar na área. Os incentivos seriam: redução de 50% do IPTU do imóvel objeto do investimento; redução de 60% do ISS sobre os serviços de construção civil, referentes ao imóvel objeto do investimento; concessão de Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento, com valor de: a) 50% do valor dos investimentos, que incluem construção, restauração, preservação de imóvel residencial e de atividades comerciais previstas na lei; b) 80% do valor dos investimentos destinados às atividades de prestação de serviços previstas na lei.

Em 2007 foi aberto o Edital para as empresas que quisessem se cadastrar no programa. Na época, 62 empresas mostraram interesse, mas apenas 21 preenchiam os requisitos necessários para receber o benefício. As propostas foram selecionadas pela equipe técnica do Conselho do Programa de Incentivos Seletivos da Região Adjacente à Estação da Luz [Coluz]. Foram elas: IBM Brasil Ind; Máquinas e Serviços Ltda; BRProperties S/A; Instituto Moreira Salles; Mercado Eletrônico S/A; E-safetransfer S/A; Digisign Ltda; Meta Serviços em Informática Ltda; Fess Kobbi Ass. de Marketing e Comunicação Ltda; Klar Ind. de Com. De Elétrico Eletrônicos Ltda; TMS Call Center S/A; Partifib Projetos Imobiliários; DMF Construtora Incorporadora Ltda; BRQ Soluções em Informática S/A; Pyxsinfo Tecnologia Ltda; Audatex Brasil Serviços Ltda.; Magma Sistemas Consultoria S/A; Microsoft Informática Ltda; Bravo Telecomunicações Ltda; Atento Brasil S/A; TNL CONTAX S/A; BRACOR Empreendimentos Imobiliários Ltda.

Nesse mesmo ano, mesmo em face às demoras com que estavam ocorrendo as desapropriações na região, a prefeitura anunciou que pretendia dividir a região em lotes e leiloá-la. De acordo com reportagem da Folha de São Paulo (2007), a intenção era realizar um leilão que viabilizasse a intervenção em uma área de 103 mil m² por uma única empresa. À época Odebrecht e um pool de investidores capitaneados pela Company S.A. demonstraram interesse na área. A ideia era que a prefeitura realizasse as desapropriações e que a empresa vencedora entrasse com os investimentos.

Nesse mesmo momento, uma proposta de revisão do plano diretor começou a ser noticiada. Essa revisão dizia respeito a uma área reservada no próprio Plano Diretor para a construção de moradias para famílias de classe média e baixa e que, de acordo com a nova proposta, deveria ser transferida para outro local. Essa investida visava atender às demandas do capital privado que entendiam que caso essa mudança não fosse aprovada, praticamente metade da área da Cracolândia não poderia ser usada para fins comerciais.

Em outubro de 2007 a prefeitura demoliu o primeiro imóvel para ‘transformar’ a Cracolândia. Em reportagem do jornal Estadão (2007) lê-se:

A Prefeitura demoliu ontem o primeiro imóvel para transformar a Cracolândia, no centro, em Nova Luz. No evento em que a administração pôs abaixo a loja de número 381 da Rua General de Couto Magalhães, o prefeito Gilberto Kassab anunciou o nome de 23 empresas, de tecnologia, call center, cultura e publicidade, que devem se instalar na região - entre elas o Instituto Moreira Salles e multinacionais como Microsoft e IBM. Mas algumas companhias afirmaram que nada está fechado e revelaram mal-estar com o anúncio.

Diante da dificuldade em acelerar as desapropriações, devido às disputas judiciais na área, outra questão polêmica começou a ser gerada: as Concessões Urbanísticas. Por meio da concessão urbanística a Prefeitura delega a execução de obras urbanas a empresas ou consórcios, mediante licitação na modalidade de concorrência. No caso Nova Luz, caberá à concessionária realizar a qualificação urbana realizando as desapropriações dos imóveis declarados de utilidade pública e executando as devidas ações de revitalização dentro do projeto urbanístico estabelecidos pelo município.

As concessões urbanísticas são contratos administrativos que delegam a pessoas jurídicas ou a consórcios de empresas a execução de obras urbanísticas de interesse público, de modo que o investimento desta seja remunerado e amortizado mediante a exploração dos imóveis resultantes destinados a usos privados nos termos do contrato de concessão, com base em prévio projeto urbanístico específico e em cumprimento de objetivos, diretrizes e prioridades da lei do plano diretor estratégico.

Em maio de 2009 foi promulgada a Lei nº 14.918, que dispunha sobre a Concessão Urbanística no território da Luz. A ação deu início a um processo intenso de lutas contra sua aplicação sob a justificativa de que ‘o prefeito de São Paulo não teria promovido nenhuma audiência pública no âmbito do Executivo para mostrar o projeto à população, sobretudo a atingida pela intervenção’ e que, mesmo com afirmativas de que a utilização da concessão pública no projeto era para entrada dos investimentos privados e a minimização dos investimentos públicos, ‘estudos elaborados pela FGV sinalizaram que o projeto só se concretizaria com investimentos públicos em torno de R\$ 600 milhões, fora os já realizados com instrumentos de incentivos fiscais.’ (JusBrasil, 2007).

Em 2010 a Prefeitura de São Paulo anunciou o consórcio vencedor da licitação para desenvolvimento do projeto de renovação urbana. Com a FGV (Fundação Getúlio Vargas), a Companhia City e construtora Concremat, a Aecom forma o consórcio que

vai criar o modelo de recuperação da área da Nova Luz. A responsável por criar o modelo de recuperação da área do projeto é a mesma que estabeleceu as diretrizes para a Olimpíada de Londres de 2012, recuperou a área portuária de São Francisco, nos Estados Unidos, e fez o mesmo com o centro de Manchester, na Inglaterra.

O projeto apresentado em 2011 delineava um planejamento de intervenção para 15 anos. Seus principais objetivos eram: Preservação e recuperação do patrimônio histórico; Incremento da área destinada para o uso residencial, propiciando o aumento da densidade demográfica com objetivo de permitir que mais cidadãos possam usufruir das vantagens locais deste setor da cidade; Consolidação da área destinada a habitação de interesse social, indicada como ZEIS 3 no Plano Diretor Estratégico, com a produção de mais de 1.500 unidades habitacionais. Criação de uma rede de espaços públicos capazes de receber melhor os usuários da região assim como moradores e trabalhadores.

O projeto aponta vários pontos críticos em relação à expansão da metrópole e sua projeção para os próximos anos. A possibilidade real de uma expansão que afete sobremaneira os recursos ambientais necessários à manutenção da qualidade de vida do paulistano é contraposta às estruturas urbanas já existentes e que são subutilizadas, em especial a região central. Nesse sentido traz a premissa da Cidade Compacta - que tem como base duas grandes características: densidades elevadas e uso de solo diversificado. Estas duas características traduzem-se numa intensificação de usos do solo, de população e de tráfego. Deste modo a cidade procura resolver os seus problemas dentro dos seus próprios limites, evitando a expansão sem organização e o consumo de mais terrenos.

De acordo com o projeto (2011),

A atual política de implantação de parques públicos adotada pela Prefeitura de São Paulo, combinada com o traçado do Rodoanel, pode funcionar como uma barreira física para a expansão da mancha urbana, limitando o consumo de recursos naturais e a expansão de infraestrutura. Neste contexto, as estratégias para abrigar o acréscimo demográfico metropolitano deverão estar focadas na procura de alternativas locais para o adensamento residencial nas áreas interiores ao Rodoanel norteando as políticas urbanas dos próximos anos.

Em relação às demolições o Projeto prevê que (2011),

A Nova Luz agrega um conjunto de 45 quadras que perfazem 356.417m² de área de terreno, com 1.216.056m² de área construída existente. O projeto

prevê a demolição de 284.096m² e a construção de 1.079.062 m² de área construída, localizados em 191.508 m² de área de terreno que serão renovados. Neste momento, é importante destacar que o volume de demolição corresponde a cerca de 24% da área construída atual.

O processo de intervenção deveria seguir a seguinte lógica:



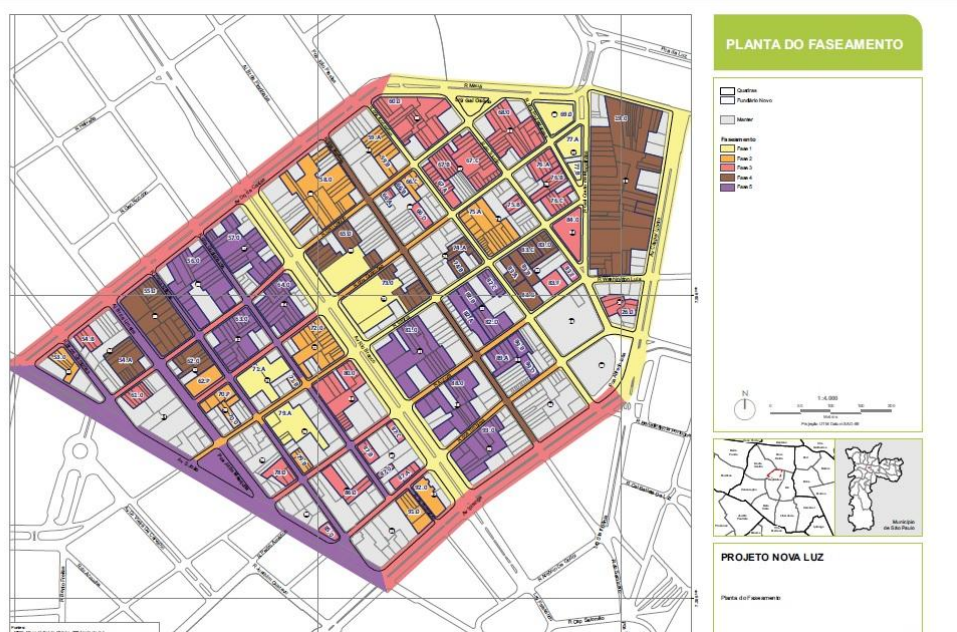
Croqui detalha como será a divisão dos espaços da Nova Luz.
Disponível em http://noticias.r7.com/sao-paulo/fotos/nova_luz-20101117-7.html. Acesso em 30/03/2014

O projeto se daria em cinco fases:

- 1) A intervenção nos espaços privados tem início em quadras que apresentam espaços disponíveis para intervenção, tais quais estacionamentos, imóveis sem uso e/ou com atividades instaladas pouco expressivas do ponto de vista dos eixos de comércio especializado da região. O número de famílias deslocadas também foi levado em conta na definição destas primeiras áreas. Aí serão edificados empreendimentos de uso misto, que poderão acomodar atividades que venham a ser deslocadas na fase subsequente. Duas quadras já adquiridas pela PMSP no setor Mauá também integram a primeira fase de intervenção. Nelas serão edificados equipamentos institucionais e parte da quadra 77 será destinada à ampliação das áreas livres da região. Por conta da execução da rede de drenagem (de jusante para montante), as obras de infraestrutura desta primeira fase concentram-se na parte nordeste do projeto, focando na Avenida Rio Branco, parte da Rua Vitória (incluindo o largo próximo à quadra 19), Rua Mauá, Avenida Cásper Líbero, Largo General Osório, Rua dos Andradas, Rua do Triunfo, Rua dos Protestantes, Rua General Couto de Magalhães, Rua Washington Luís e parte das ruas General Osório, dos Gusmões, Aurora e dos Timbiras. Esta etapa envolve a criação do passeio cultural na Rua Mauá, um espaço paisagístico único para a Nova Luz, criando um ambiente mais generoso para o pedestre e melhor acessibilidade aos equipamentos culturais lindeiros à área do projeto.
- 2) Esta fase se caracteriza pela execução das principais praças e equipamentos públicos da Nova Luz: Praça Nébias, Praça Triunfo e Centro Integrado de Promoção Humana. Nela também tem início a construção de empreendimentos habitacionais de interesse social na ZEIS, com a previsão de aproximadamente

290 unidades habitacionais, que deverão ser entregues concomitantemente à conclusão do Centro Integrado de Promoção Humana. Os novos empreendimentos privados previstos nesta fase concentram-se no Setor Rio Branco. Aí, destaca-se a construção de um Centro Comercial na quadra 58, que poderá potencializar a atividade comercial ao longo do eixo Santa Ifigênia e contribuir para a dinamização desta área do projeto, alocando atividades comerciais existentes e novas. Há ainda a construção de alguns empreendimentos predominantemente residenciais no Setor Nébias.

- 3) Nesta etapa se implementa o mini anel viário (com exceção da Rua Conselheiro Nébias) e o redesenho da Avenida Duque de Caxias complementando a intervenção na Rua Mauá, de acordo com diretrizes estabelecidas junto a SPTrans e CET. Nesta fase, a construção de empreendimentos de uso misto será intensificada em todos os setores, assim como a construção de empreendimentos habitacionais de interesse social no setor Triunfo, contemplando cerca de 830 unidades. A escola na quadra 75, que complementa a oferta de equipamentos sociais na área, também está prevista nesta fase.
- 4) Nesta etapa, se consolida a implantação do Setor Mauá com a construção do Centro de Entretenimento e Cultura, que possibilitará a previsão de espaços para galerias comerciais, salas de cinema, teatro, lojas e salas de escritórios. O grande fluxo de novos moradores e usuários é o que determina a viabilidade e a implantação deste equipamento nesta fase. A Rua Santa Ifigênia é totalmente reurbanizada nesta etapa, deixando os transtornos provenientes da obra para o período final da concessão urbanística, provendo tempo suficiente às atividades econômicas ali instaladas para se planejarem visando minimizar os impactos negativos da intervenção. Esta etapa consolida a infraestrutura na parte nordeste do projeto. A construção de unidades habitacionais na ZEIS continua expressiva nesta fase, com a previsão de entrega de cerca de 594 residências (Setor Triunfo).
- 5) Nesta etapa é concluída a infraestrutura na região com a reurbanização das ruas na parte sudoeste do projeto. São construídas as últimas quadras residenciais de ZEIS, contabilizando mais 437 unidades habitacionais. O Setor Rio Branco, Nébias e Triunfo tem suas volumetrias concluídas com a construção das quadras 57, 58, 63, 64, 81, 88, 93, 82 e 89.



Fases do Projeto – Site da Prefeitura. Disponível em

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/arquivos/nova_luz/201108_PUE.pdf. Acesso em 30/03/2014.

Semelhante aos processos ocorridos em países como Estados Unidos, Nova Iorque, Espanha e Argentina, o Projeto de requalificação da Nova Luz aponta a ideia de utilização do elemento cultural como forma de impulsionar o desenvolvimento econômico ao atrair a população com maior poder aquisitivo, pois juntamente com esse segmento faz-se necessário uma estrutura (com bares, restaurantes, hotéis) que atenda essa demanda.

Entretanto, mesmo diante dos pesados investimentos por parte do poder público no sentido de estimular essa renovação paisagística e diversificação de usos, o capital privado não se demonstrou muito convencido dos benefícios de se estabelecer na região. Os principais pontos referentes a essa resistência são de acordo com Bassani (2012) porque *a região é desvalorizada tanto por causa da depreciação social quanto por características urbanísticas próprias, como o formato dos terrenos, grande quantidade de monumentos e prédios históricos e por ser Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), que exige tratamento diferenciado.*

Paralelo a isso, merece destaque os movimentos populares envolvidos na luta contra o projeto. A principal questão levantada por esses grupos - que não se colocam contra a renovação da área, mas contra a forma com que ela vem sendo executada – diz respeito a não participação popular no processo de criação do projeto e de seus parâmetros. Além disso, há um forte questionamento em relação à entrada de capital econômico distinto das aptidões já inerentes à região.

Em relação a esse movimento observa-se uma diversidade bastante grande de grupos que apresentam pautas diferenciadas, mas que se convergem em algum ponto. Dentre eles podemos citar: Associação dos Moradores e Amigos da Santa Ifigênia e Luz – AMOALUZ; Central de Movimentos Populares – CMP; Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos; Frente de Luta por Moradia – FLM; Grupo de Articulação para Moradia do idoso da Capital – GARMIC; Movimento Apropriação da Luz; Movimento de Moradia do Centro – MMC; Movimento de Moradia da Região Centro – MMRC; Movimento de Moradia Para Todos – MMPT; União dos Movimentos de Moradia – UMM.

A articulação desses movimentos foi responsável por diversas ações junto ao Ministério Público no sentido de suspender as liminares do projeto As chamadas a seguir demonstram isso: Abril/2011 - *Justiça acata liminar de associação e suspende projeto Nova Luz* - Folha de São Paulo; Abril/2011 - *Justiça de SP cassa liminar que suspendia projeto Nova Luz* - Folha de São Paulo; Jan/2012 - *Justiça suspende de novo revitalização na região da Cracolândia Juiz barra a lei de concessão urbanística na Nova Luz; autor da ação afirma que o projeto não foi discutido* - Folha de São Paulo; Abril/2012 – *Plano Urbanístico da ZEIS de Santa Ifigênia é aprovado sob protestos da sociedade civil* – Blog Raquel Rolnik; Jun/2012 - *Justiça suspende liminar que interrompia o projeto Nova Luz* – Folha de São Paulo.

A ação truculenta da polícia no sentido de dispersar os usuários de crack da região também foi motivo de grande mobilização social, sendo tachadas de práticas higienistas. Em junho de 2012 o Ministério Público entrou com ação contra o Governo do Estado de São Paulo sustentando (Jornal Jurid) que,

... a operação policial vem usando de truculência e violência, dispersando os dependentes químicos para outras regiões da capital, criando dificuldades para o trabalho de agentes de saúde e assistência social, sem apresentar resultados efetivos seja para promover a recuperação dos usuários de drogas, seja para combater o tráfico. Para os promotores, a operação vem sendo realizada com ofensa a direitos humanos fundamentais e prejuízos às políticas públicas municipais de saúde e assistência social.

De acordo com pesquisas, dados apontam que a ação da polícia estava causando uma pulverização dos usuários pelos bairros adjacentes. O gráfico a seguir demonstra isso:



Kleber Tomaz e Paulo Toledo Piza - G1 São Paulo - 03/01/2013. Disponível em <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/01/um-ano-apos-operacao-no-centro-de-sp-cracolandia-resiste-e-ganha-filiais.html>

Essa dinâmica de *vai e vem* parecia estender-se *ad infinitum*. Entretanto ao assumir o governo em 2013 o novo prefeito, Fernando Haddad, cancela o projeto até segunda ordem. Em janeiro desse ano a Folha de São Paulo anunciou: *Haddad engaveta plano de Kassab para a Luz - Prefeito decidiu não implantar projeto para a região da Cracolândia, que custou R\$ 14,6 milhões aos cofres públicos. Plano é considerado economicamente inviável; petista quer PPPs para revitalizar área do centro.*

Considerações Finais

A partir dos levantamentos apontados pretende-se, nesta fase da pesquisa, dar início aos trabalhos de campo. Serão agendadas entrevistas com lideranças dos principais movimentos que estão envolvidos e são afetados diretamente pelo plano de intervenção urbana na região, buscando identificar seus posicionamentos, usos simbólicos e *territorialidades* inerentes àquele espaço.

A partir da identificação dessa nova fase do projeto, que foi aparentemente descartado pelo novo governo do município, serão apontados os encaminhamentos subsequentes, considerando que a pauta principal dessa decisão era aumentar, segundo as falas do prefeito, a efetividade da comunicação entre os moradores da região e o

poder público. Para que, uma vez compreendidas suas demandas, fosse feita a votação das modificações pela Câmara Municipal.

Todas as evidências levantadas em campo serão analisadas a partir do escopo conceitual do projeto, explorando os temas com mais profundidade e buscando fazer um link com a experiência empírica. Espera-se que o plano conceitual do trabalho seja aprofundado, bem como suas referências históricas e processuais. Acredita-se que a experiência de campo será responsável por trazer esse elemento faltante no texto produzido até o presente momento.

Referências

ARDREY *apud* HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização. Do “Fim dos Territórios à multiterritorialidade”**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade**. Campinas: Papirus, 1994. (Coleção Travessia do Século).

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006.

CARLOS, Ana Fani A. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007, 123p.

CORRÊIA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. **Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura**. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (Orgs.) Paisagem, Tempo e Cultura. UERJ. Rio de Janeiro, 1998.

GRAZIANO, José da Silva. 1982. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro. Zahar.

GORDZ, André. **Reclaiming Work: beyond the wage-based society**. Cambridge: Polity Press, 1999.

GUTTMANN, Roberto. **Uma Introdução ao Capitalismo Dirigido pelas Finanças**. Revista Novos Estudos, no.82, novembro de 2008.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004

Da desterritorialização à multiterritorialidade. São Paulo: Anais do X Encontro de geógrafos da América Latina, Universidade de São Paulo, 2007

Territórios Alternativos. São Paulo: Contexto, 2009.

- HALL, Stuart. **The Centrality of Culture: Notes on the Cultural Revolutions of Our Time**. IN: Thompson, Kenneth (ed.). Media and Cultural Regulation. London, Thousand Oaks, New Delhi: The Open University; SAGE Publications, 1997.
- HARVEY, David. **The Right to the City**. New Left Review, 53, set-out, 2008, pp. 23-40. [disponível no site da revista].
- _____. **A Produção Capitalista do Espaço**. Trad. Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2006.
- _____. **Rebel Cities - From the Right to the City to the Urban Revolution**. London, NY, Verso, 2012.
- MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política**. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, Vol. I.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. Ratzel. **Coleção grandes cientistas sociais**. São Paulo: Ática, 1992.
- MOREIRA, Carolina Margarido. **Intervenções Urbanas Contemporâneas: o caso da área da Luz no centro de São Paulo**. São Carlos, 2008.
- RATZEL, Friedrich. **Antropogeografia** *apud* MORAES, Antonio Carlos Robert (org.) Coleção Grandes Cientistas Sociais. Editora Ática. São Paulo, 1990
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. Editora Ática, São Paulo, 1993
- RIZEK, Cibele S. **Intervenções Urbanas Recentes na Cidade de São Paulo: Processos, Agentes, Resultados**. IN: Saída de Emergência: Ganhar/Perder a Vida na Periferia de São Paulo. Robert Cabanes... [et al.](orgs.). Trad. Fernando Ferrone, Cibele S. Rizek. São Paulo, Boitempo, 2011, pp.339-357.
- ROCHA, José Carlos. **Diálogo entre as categorias da Geografia: espaço, território, e paisagem**. Revista Caminhos da Geografia Uberlândia v. 9, n. 26 Junho/08. Uberlândia – MG, 2008
- ROSATI, Camila. **Luz em foco as estratégias do Programa Monumenta para a região da Luz em São Paulo**. São Paulo: 2006.
- SACK, Robert *apud* HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. São Paulo: Anais do X Encontro de geógrafos da América Latina, Universidade de São Paulo, 2007.
- SANTOS, Milton et. AL. **O papel ativo da Geografia: um manifesto**. XII Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis – SC, 2000.
- SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia: Contribuição ao ensino do pensamento geográfico**. Editora UNESP. São Paulo, 2004.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Traduzido por Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TEIXEIRA NETO, Antônio. **O território goiano: formação e processo de povoamento e urbanização** in: ALMEIDA, Maria Geralda de (Org.) Abordagens Geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade. Iesa / UFG. Goiânia, 2002.

VILLAÇA, Flávio. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil**. In: DÉAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.). O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: EdUSP, 1999. p. 169-243.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.